



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA PRIMEIRA CÂMARA

1. Processo nº : 10841/2014(Proc. Eletrônico)
2. Natureza : Recurso Ordinário
3. Recorrente : Manoel José Pedreira
4. Entidade/Órgão : Secretaria da Infra Estrutura
5. Advogado : Stéfany Cristina da Silva OAB/TO 6019

6. CERTIDÃO DE INTEMPESTIVIDADE Nº 100/2015

6.1. A Secretaria da Primeira Câmara em obediência às determinações legais e regulamentares certifica que o Senhor **Manoel José Pedreira**, por sua advogada interpôs Recurso Ordinário em face do **Acórdão nº 800/2014 – TCE - 1ª Câmara**, autos nº **10244/2004** – Tomada de Contas Especial.

6.2. O recurso em referência foi protocolizado pelo interessado em **19/12/2014** (sexta-feira), sendo a deliberação rebatida disponibilizada no **Boletim Oficial do TCE/TO nº 1285**, de **12/11/2014** (quarta-feira), com publicação em **13/11/2014** (quinta-feira)¹.

6.3. Por conseguinte, é imperioso observar que a peça recursal foi interposta **fora do prazo legal**, isso porque iniciou a fluência do prazo em **14/11/2014**, sendo o termo final para a interposição o dia **28/11/2014**, em conformidade com o artigo 47², da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001 - Lei Orgânica.

6.4. Sendo assim, vislumbra-se que o recurso manejado foi interposto **fora do lapso temporal** legalmente indicado, devendo, por essa razão, ser considerado **intempestivo**.

6.5. Ressalta-se que já tramita nesta Corte de Contas Recurso Ordinário semelhante, referente ao Processo 10244/2004, interposto pelo Sr. Manoel José Pedreira, conforme Processo nº 10274/2014.

6.6. É o que tinha a certificar.

6.7. Encaminhem-se os autos em epígrafe ao **Gabinete da Presidência**, nos termos do artigo 47, §1º da LO/TCE-TO.

Palmas, 23 de janeiro de 2015.

SHANDRA BARBOSA SENA
Secretária da Primeira Câmara

¹§§ 3º e 4º da Lei nº 11.419/2006 c/c § 7º da IN – TCE/TO nº 01/2008: considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da Informação no Boletim Oficial. Parágrafo Único: os prazos terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

²Art. 47. O recurso ordinário será interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da decisão no órgão oficial de imprensa do Tribunal ou no Diário Oficial do Estado.

³§ 1º O recurso ordinário será formulado em petição em que constem os fundamentos de fato e de direito, e o pedido de nova decisão será dirigido ao Presidente do Tribunal que designará o Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

SHANDRA BARBOSA SENA

Cargo: SECRETARIO DE CAMARA - Matricula: 236004

Código de Autenticação: 30489f068ed3560d0b17b57da675dd7b - 27/01/2015 08:37:51